

CONTEXTO

VALDIR CAMPOS COSTA, especial para o Diário

Brasil no caminho das pedras

Enfim, a reforma constitucional decolou. Vitória do governo e, esperamos, que seja de toda a sociedade brasileira. Agora, em julho, o Congresso entra no recesso. Um descaso até que merecido, se levarmos em conta as emendas que já foram apreciadas e votadas pelos deputados e senadores. No primeiro, semestre, a Câmara votou todas as propostas da ordem econômica. O Senado só não obteve tal performance porque não houve determinação para suspensão do recesso e a da Lei de Diretrizes Orçamentárias tem que ser votada antes do descanso parlamentar. Comparando esse desempenho com legislaturas anteriores, não há como deixar de reconhecer: o Legislativo trabalhou.

Quebra dos monopólios do petróleo, das telecomunicações e dos Estados na distribuição do gás canalizado, novo conceito de empresa brasileira e abertura da navegação de cabotagem. Foram esses os projetos que o Executivo enviou ao Congresso. Os deputados despacharam todos. No Senado, eles ainda tramitam. São importantes passos rumo à modernização, que somente com uma regulamentação precisa demonstrará sua eficiência.

Mas, não foram e nem tão fáceis serão os obstáculos a serem transpostos para dar sequência a esse fundamental processo de mudanças. Se de um lado existem chantagens, onde alguns votos são oferecidos em troca de cargos, do outro lado estão os demagogos de plantão. Fisiologismo versus intransigência. Clientelismo num extremo, corporativismo no outro. Felizmente, o Palácio do Planalto resiste às propostas comprometedoras. Não chegou ao absurdo de distribuir concessões de Rádio e Televisão, por exemplo.

No meio desta disputa pudemos perceber que a rivalidade política se coloca sobre os interesses maiores. Em meio à reforma constitucional, houve quem propusesse o tabelamento de juros em doze por cento ao ano. A serviço de quem estaria a autor deste projeto? Do trabalhador, que, assalariado, não conta com tanto aval para tomar empréstimos; ou do empresariado, que paga muitas vezes pela própria incapacidade de gerenciamento de seus negócios?

A elevação das taxas de juros a níveis estratosféricos não pode ser o principal trunfo do governo para conter o índice inflacionário. Num determinado momento, esse instrumento aparece como uma forma de inibir o consumo, com restrição ao crédito numa tentativa de estabelecer o equilíbrio entre oferta e procura. Com uma moeda estável, o brasileiro se viu numa condição favorável para planejar a aquisição de bens. Mesmo com taxas altas, sabendo o que iria pagar ao mês, o consumidor não só acabou colocando em risco o Plano Real, como também se deixou levar pela ilusão. Resultado: a inadimplência bate recorde.

Culpar os juros pela situação caótica vivida por muitas empresas e pessoas físicas não vai somente defender as supostas vítimas, como também colocar em dúvida sua própria capacidade de raciocínio. Num contexto mais abrangente, os juros em patamares elevados jamais poderiam ser vistos isoladamente. Com a taxa em crescimento, cresce também a dívida pública. O governo sabe que terá que arcar com os prejuízos dessa manobra. Mas, a reversão depende da reforma, que por sua vez depende de parlamentares, como os que defendem o tabelamento. Se agissem sem a preocupação de ir contra o governo, a oposição saberia da importância da privatização para o crescimento da economia de forma ordenada.

Abrir a economia brasileira para o capital estrangeiro significa atrair investimentos. Dinheiro novo, mão-de-obra melhor preparada, com a exigência de um aprendizado específico por conta do padrão internacional. Finalmente, teríamos uma produção competitiva em qualquer País do mundo. Maior produção, melhor qualidade, trabalhadores com maior oferta de empregos e maior poder aquisitivo. Uma cadeia que aponta para um crescimento embasado. Além disso, o governo estaria livre da inoperância das empresas que ele administra.

• VALDIR CAMPOS COSTA é pós-graduado em Administração/Finanças pela Faculdade de Economia de São Paulo, membro da Câmara de Auditores Independentes — 5ª Regional do Ibracon.